

A receita para um "choque liberal"

por Marília Stabile
de São Paulo

O pensamento liberal não tem partido político definido, não tem preferência, por um regime de governo seja ele presidencialista ou parlamentarista, seus interlocutores não fazem parte da atual equipe econômica — apesar de alguns de seus membros serem simpáticos às suas idéias —, mas já têm um receituário sobre o que deveria ser o "choque liberal" se estivessem no poder.

As principais estratégias desse plano puderam ser conhecidas na última terça-feira, em São Paulo, quando o presidente da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais, José Carlos Jacintho de Campos, convidou noventa executivos financeiros para assistir ao seminário em torno do tema "Perspectivas Econômicas Liberais". Compunham a mesa dos palestrantes, defensores vigorosos do liberalismo: o professor da Fundação Getúlio Vargas e diretor do Banco Pactual Paulo Guedes, o deputado federal Roberto Campos e o economista Paulo Rabello de Castro, editor-chefe da revista Conjuntura Econômica da FGV.

Ante a constatação de que "o governo dispõe dos ideais do liberal mas não detém a tecnologia do liberalismo", de Paulo Guedes, mas comum aos participantes da mesa, o ex-ministro da Fazenda Roberto Campos afirmou a uma plateia receptiva que "precisamos de um choque liberal" e para aplicá-lo as políticas monetária e fiscal



Roberto Campos

na área de corte dos gastos públicos, os liberais pedem uma reforma fiscal estrutural. Nesse contexto, imprimiriam uma simplificação "drástica" nos impostos atualmente cobrados, diminuindo sua multiplicidade e reduzindo as alíquotas. Essas duas medidas

"O governo dispõe dos ideais mas não a tecnologia do liberalismo"

aumentariam a base do recolhimento, inibindo a negociação e ampliando a arrecadação.

No capítulo específico dos cortes de gastos, Campos invoca a atual Constituição. Aplicando o artigo 164, o Banco Central, ao mesmo tempo que deixa de financiar o Tesouro tem o reconhecimento de fato de sua independência, já que, de direito, a Constituição a assegura. Estados e municípios deixariam de receber as transferências de recursos da União no exato momento em que não hrassem seus compromissos com o Executivo ou estivessem sendo "perdulários". Agindo dessa forma a União estaria exercendo seu direito também assegurado pela Constituição no parágrafo 1º do artigo 60.

No âmbito das reformas estariam tanto a administrativa quanto o inicio da mudança de mentalidade da sociedade. Para o deputado federal pelo PDS a questão está em resolver um certo "dilema existencial". Assim, evitando o desgaste de anunciar a dispensa de funcionários públicos — o ideal seria "cortar programas de controle, extinguindo uma Sunab, definitivamente, uma Cacex (ex-Carteira de Comércio Exterior do Banco do

Brasil), que agora virou Departamento de Comércio Exterior (Decex)".

O item desregulamentação tem vida própria na política econômica liberal e seu pressuposto básico é "a liberdade de preços", sem meio termo. É com base nessa premissa que o ex-ministro Roberto Campos classificou como "incoerente" a atitude do governo na área.

Para ele, todas as iniciativas que envolvem a desregulamentação executadas pelo governo atual como no setor de transporte, informática, privatização e tentativa de fim dos cartórios nos portos "caem por terra com o congelamento".

A liberdade de preços não viria sozinha. Assim como uma mudança "drástica" na reforma fiscal, a liberalização comercial seria mais profunda e rápida do que a atual. Ao contrário da redução gradual das alíquotas de importação que cairiam do nível médio atual de 40 para 20% só em 1994, ela seria mais acelerada. O percentual não foi fixado, se é que existe, mas no seminário o professor Roberto Campos reembrou como a economia brasileira ainda é fechada. Como parâmetro citou o México com alíquota média de importação de 8,9%, o Chile com 15% e a Argentina

"tem seu projeto nacional traduzido por Campos como o de entrar no mercado canadense e norte-americano, assim com a Europa Oriental planeja retornar à Europa". Esse seria um primeiro passo, que para chegar a algum movimento o Brasil deveria conceder isonomia de direitos e deveres ao capital estrangeiro em relação ao nacional.

Essas exigências para um pré-ingresso à economia internacional são imprescindíveis para dar consistência ao projeto liberal na medida em que abrem a possibilidade da entrada de recursos para a retomada do crescimento. "O Brasil não descobriu ainda a questão da escassez do capital", alertou o deputado federal, que durante as quatro horas de seminário na Associação Brasileira de Bancos Comerciais foi chamado por seus companheiros de mesa como futuro ministro da Economia ou, como classificou o economista Paulo Rabello de Castro, o homem a ser chamado para "revisar provas".

"Tudo cai por terra com o congelamento de preços"

com uma variação de 11 a 22%. Com esse novo perfil, estaríamos mais próximos da reintegração no contexto internacional, e mais habilitados à captação dos recursos externos.

Esse dois últimos itens seriam fundamentais para dar consistência ao "choque liberal". E nessas questões a mesa concordou que o País está na contramão.

Campos classificou o atual encaminhamento das negociações da dívida externa como "incompetência majestosa". Para ele, "deveríamos ter ampliado vantagens marginais de outras negociações e cito marginais porque não temos tanta importância para os Estados Unidos como o México", diz, complementando que esse último

"O Brasil não descobriu a questão da escassez do capital"

já estão definidas; elas incluem além de fórmulas, uma proposta de reforma da sociedade.

Na área monetária, foi hermético. Campos ressaltou a importância da "preservação cuidadosa da moeda compatível com taxas razoáveis de inflação". É no entanto em torno da política fiscal a ser adotada que o detalhamento dos procedimentos ganhou força.

Embora reconhecendo parte do esforço do governo